



# Anais da Assembléia

Nº 57

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 1980

ANO VI

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

### ATA DA 55.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 1.980

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Mário Celso e José Tavares.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo P. Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

#### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Questão de Ordem) Sr. Presidente, quando da leitura da ata, em tom discursivo, pelo nobre Deputado José Tavares, verifiquei que o nome do Vereador Lucílio dos Santos Vieira, falecido, e para quem apresentei um voto de pesar, foi dado como Luciano dos Santos Vieira. Gostaria, Sr. Presidente, que se fizesse essa retificação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Será retificada. Em votação. **Aprovada.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE

#### OFÍCIO:

Do Senhor Antônio Corrêa de Oliveira, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, encaminhando a indicação n.º 1262, de autoria do Deputado Carlos Elísio Caribé, o apelo formulado, no sentido de que se deflagre com urgência, um processo de soerguimento do federalismo pátrio, não apenas mitigando unitarismo tributário, mas, na ampla Reforma Constitucional

anunciada pelo Governo, fixaram-se na defesa dos seus respectivos Estados, de sorte a que estes possam gerir, autonomamente, sem intervenções danosas do Poder Central, seus próprios interesses sociais, econômicos e políticos. Com seus Estados Membros fortes, sólida e respeitada será a Soberania da República Federativa do Brasil no conserto das Nações. **Ciente. Anote-se.**

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento, ocorrido em nossa Capital, do Senhor Valdemar Cavanha.

Requer, outrossim, após a decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada, residente à Rua D. Orione, 255, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1.980

a) Erondy Silvério.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a aprovação do Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de pesar pelo falecimento do senhor IGNÁCIO POLAK, ocorrido em data de ontem, nesta Capital.

O extinto era membro de respeitável família de há muito enraizada em Curitiba. Que, da decisão, se dê ciência aos familiares de Ignácio Polak, residentes à Rua Dom Alberto Gonçalves, 1.382.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1.980

a) Nilso Sguarezi.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de aplausos ao Professor Rene Ariel Dotti, pelo seu trabalho "A Liberdade e o Direito à Intimidade", apresentado na VIII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, ocorrida no dia 20 do corrente na Capital amazonense.

Procurar exaltar a capacidade do advogado Rene Dotti seria cair na redundância ou em uma repetição pleonástica, mas, aqui vale ressaltar que o trabalho em tela, após ser apresentado à Conferência de Manaus e ter recebido elogios à alta qualidade apresentada, teve sua aprovação por aclamação.

Fato merecedor de destaque para a citada obra deste mestre do direito paranaense é que, no Congresso, tramita uma proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Deputado, também de nosso Estado, Hélio Duque, calcada no trabalho do professor Dotti.

Trabalhos como este apresentado pelo professor Rene Dotti dignificam sobremaneira a classe dos seguidores das ciências jurídicas em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1.980

(a) NELSON BUFFARA

# REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício aos Excelentíssimos Senhores Ministro das Minas e Energia, solicitando providências, e para que aquela autoridade determine estudos no sentido de que seja preservado o SALTO CURUCACA, no Rio Jordão e localizado no Município de Guarapuava, para que o mesmo seja incluído no roteiro turístico de nosso Estado, bem como os Saltos SÃO JOÃO e SÃO FRANCISCO, localizados no Município de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1980.

(a) TRAJANO BASTOS.

# REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Edson Neves Guimarães, DD. Secretário de Estado das Finanças, e ao Dr. Vilson Deconto, DD. Secretário de Estado da Administração, solicitando providências urgentes e necessárias no sentido de proceder reparos na Agência de Rendas da Cidade de Corbélia, que se encontra em estado precário.

Cumpre ressaltar que através da EMOPAR já foi feito o levantamento das condições do referido estabelecimento em data de 10/04/79.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1980.

(a) LINEU TURRA.

# REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Edson Machado de Souza, DD. Secretário da Educação e ao Dr. Vilson Deconto, DD. Secretário de Estado da Administração, solicitando providências urgentes e necessárias no sentido de proceder reparos no prédio do Grupo Escolar Olavo Bilac - Ouro Verde, Grupo Escolar José de Alencar - Braganey, e Grupo Escolar José Bonifácio - Anahy, que se encontram em estado precário.

Cumpre ressaltar que através da EMOPAR já foi feito o levantamento das condições dos referidos estabelecimentos em data de 10/04/79.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1980.

(a) LINEU TURRA.

# REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da TELEPAR, renovando o apelo para inclusão do Distrito de Piquirivai, Município de Campo Mourão, no programa de obras dessa companhia, visando instalar no mesmo um MONO-CANAL TELEFÔNICO.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1980.

(a) DARCY DEITOS.

# JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento reforça nossa solicitação de 29 de maio, de 1979, do referido benefício ao Distrito de Piquirivai, dado que o mesmo é um dos mais progressistas e próspero de toda a região, ficando distante de sua sede que

é Campo Mourão a aproximadamente 16 km, o que sem dúvida alguma prejudica em muito o seu desenvolvimento.

Urge, portanto, que se inclua o referido distrito na programação para que também ele possa contar com esse benefício, conforme Ofício 166/79-P, da TELEPAR que afirmava a anotação do nosso pedido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“O Paraná tem procurado responder aos apelos do Governo Federal no setor agrícola. O nosso agricultor, apesar de não ser compreendido, não tem poupado esforços para dizer sim ao chamamento que lhe é feito para que aumente a produção e a produtividade.

Um dos setores para que as abundantes safras que o homem da agropecuária, com esforço e sacrifício vem produzindo, não se percam é a malha rodoviária. Muitos produtos já se perderam por falta de estradas para escoar a produção aos meios consumidores.

É com verdadeira satisfação que trago a esta casa a alvissareira notícia que o programa de implantação de estradas alimentadoras será reativado pelo Governo Ney Braga na região Oeste e Sul do Paraná.

O Governador Ney Braga, em sua viagem a Brasília, conseguir recursos para aumentar a rede de rodovias pavimentadas em nosso Estado. Além de tratar da Ferrovia da Soja, o Sr. Governador reivindicou recursos para as rodovias que interligam municípios produtores e que alcançam os centros produtores.

Desejo nesta oportunidade ressaltar o esforço desenvolvido pela Secretaria dos Transportes do Paraná no que diz respeito a uma Região que, há muitos anos, vem contribuindo para a produção de alimentos e que nem sempre mereceu a atenção. Trata-se do Sul do Paraná, onde predominam os minifúndios, uma agricultura quase centenária, mas que nem sempre foi olhada no setor de escoamento. Talvez por se tratar de uma região que produz para o mercado interno.

O Governo do Estado resolveu dar uma atenção a esta Região, pois a estrada São Mateus-Irati terá em breve seus 55,5 km asfaltados. Para que isto se concretizasse muitos esforços foram envidados, especialmente para obter os recursos necessários.

Esta rodovia vai beneficiar uma região tradicionalmente agrícola e interligará duas rodovias importantes, possibilitando o escoamento dos produtos ali produzidos.

Desejamos parabenizar a Secretaria dos Transportes por ter olhado esta Região e agradecer o trabalho do Governador Ney Braga para atender esta faixa do Paraná. Ao mesmo tempo desejamos fazer um apelo para que com recursos estaduais o Governo reative a pavimentação da Rodovia Transbrasiliana, especialmente nos trechos Imituva-Irati-Rebouças-Rio Azul-Mallet até alcançar a Rodovia do Xisto na localidade de Fluvópolis.

Este pedido fecharia uma região de minifúndios, interligando importantes centros produtores do Sul do Paraná.

Desejaria nesta oportunidade ressaltar que estas duas Rodovias são de suma importância para uma das regiões que tiveram menor atenção por parte dos poderes públicos. Creio que isto se deve a produção de culturas de subsistência e que não visam cultivar produtos para a exportação.

Por outra parte a maior área não é propícia a uma agricultura mecanizada, o que vem ainda dificultando a sua modernização.

Vejo no esforço do Governador Ney Braga em dar

Curitiba, sexta, 30/05/80.

atenção a esta faixa do Estado que ele está traduzindo, na prática, sua filosofia de Governo em dar prioridade ao homem. E é exatamente ao homem do interior mais carente do Paraná que vem atender.

Porisso desejava registrar nesta Casa a satisfação não só deste Deputado, mas igualmente dos habitantes que serão beneficiados com esta malha rodoviária. Quanto ao apelo para que o Sul do Paraná seja interligado entre Imbituva e Rodovia do Xisto, temos certeza que ela será concretizada em breve."

Era só. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Elísio) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bueno, inscrito.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero rapidamente abordar nesta oportunidade, um assunto que reputo importante no setor da nutrição, no setor da alimentação de segmentos da nossa comunidade. A comunidade estadual e até nacional. Porque temos uma experiência, uma vivência relativamente ampla neste setor, em função dos cargos que exercemos como médico desde os tempos de Londrina, e também na vida pública naquele município e, mais recentemente, no Município de Cascavel ocupando cargos no setor da saúde pública, de âmbito estadual e de âmbito municipal quando tivemos a oportunidade, de fazermos levantamentos nesse setor de carência alimentar, em grande parte de nossa população. E, implantando inclusive, alternativas para impedir malefícios a grandes camadas da população, como programas de nutrição e saúde para gestantes, nutrízes, pré-escolares a âmbito de órgãos estaduais e de órgãos municipais.

Daí porque, Sr. Presidente, é que passamos a fazer o seguinte pronunciamento. (Lê):

O crescente custo do subsídio para o trigo destinado ao consumo da população brasileira está levantando debates sobre a necessidade de redução gradual desse subsídio governamental. Acontece que para não encarecer um produto hoje fundamental na dieta das populações em geral - principalmente mais pobres - o Governo vem pagando quase 2/3 do preço real do trigo produzido no País ou importado.

De modo que, para cada dez cruzeiros de pão que o brasileiro consome, sete cruzeiros foram pagos pelo Governo. Quer dizer, por nós todos, gerando mais inflação. Ante a declarada intenção de reduzir os subsídios para o trigo, ficamos diante de duas alternativas. A primeira, conter o consumo do trigo, de modo a ajustá-lo à capacidade interna de produção, a médio prazo. Quer dizer, o Brasil só deverá consumir o grão que houver colhido, deixando de importar trigo.

A segunda, permitir que um alto consumo aliado a um alto preço do trigo sem subsídio agrave as tensões inflacionárias.

Evidentemente a solução de Estado, aquela que consulta os interesses maiores da Nação, é a busca de produtos substitutivos. Quais sejam esses produtos é um passo seguinte. Entre eles temos o centeio, planta mais rústica e de maior produtividade que o trigo. Hoje o pão de centeio é consumido sob a forma sofisticada de broa para regime, justamente entre as classes mais altas.

O milho, como produto que se presta à panificação e outros usos alimentares, também se incentivado, tem uma produção fácil de ser ampliada.

Por terceiro temos a soja, fonte insuperável de proteína de origem vegetal. As resistências encontradas são quanto ao uso da soja "in natura", rejeitado pela dona de casa moderna, dados os afazeres que cercam a mulher que trabalha, ou que cuida da família. Mas as pesquisas de aceitação mais re-

centes, inclusive conduzidas pelo Governo do Paraná, apontam forte possibilidade na soja processada.

Além do que, industrializando a soja em forma de produtos facilmente consumíveis, estaremos ampliando a geração de emprego a partir da leguminosa. De forma que a soja comparece como substituto natural do trigo e de outras fontes nobres de proteína, nesta fase de ajustamento a uma nova realidade.

É para essa realidade que as nossas lideranças devem voltar sua atenção. Já que o consumo à larga do trigo é impossível, precisamos colocar em ação outros tipos de alimentos que garantam a batalha pela nutrição do povo, sem desequilibrar os orçamentos familiares e da Nação".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Elísio) — Com a palavra, o nobre Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Seguiram hoje para Assunção Deputados de nossa bancada que vão representar nosso partido num encontro de partidos e movimentos democráticos do Paraguai, reunidos no "Acuerdo Nacional Paraguayo".

Desde dois anos o Poder Legislativo do Paraná participa, por uma de suas bancadas, desses entendimentos, embora a bancada majoritária e a própria Comissão Executiva não tenham avalizado os debates e entendimentos. Era até natural que isso acontecesse, na medida em que vivíamos sob uma ditadura institucionalizada pelo arbítrio do Ato Institucional n.º 5 e, assim seria uma incoerência a integração do partido que dava aval ao Governo, na luta contra outras ditaduras no continente. Cremos estar vivendo outros tempos.

De qualquer modo, por uma característica política inerente ao Legislativo, a discrepância de idéias não implica na desautorização de que as minorias tenham espaço e oportunidade para engrandecer ou vincular o Poder a iniciativas que em linhas gerais sejam propósito comum. Também se fazem beneficiárias dessas iniciativas as correntes diversas que integram o Legislativo.

Nos encontros realizados durante 1979 persistiu a dificuldade dos debates e entendimentos sobre o caráter efetivo que teria esse plenário que se desejava constituir permanentemente. Lá e aqui, pelo caráter dos regimes de Brasília e Assunção, predominavam as oposições, mas nem as mais acomodadas nem as mais radicais, por contarem senão com o apoio mas com o beneplácito de outros setores das sociedades.

Agora, deseja-se fundar perspectivas bem concretas que possam melhor organizar e agilizar um instituto ou outro tipo de organismo que sirva no continente, a partir dos partidos e movimentos políticos à causa da democracia e da plena liberdade dos povos dos continentes. Daí a grande e decisiva importância da reunião que abre em Assunção.

Já não se pensa apenas em reunir oposições aos regimes deste ou daquele País. Pensa-se num organismo continental, com influente participação dos partidos políticos e de personalidades, para defender a causa da democracia, da libertação nacional e dos direitos humanos.

Entidades argentinas, uruguaias, chilenas, bolivianas e peruanas tem manifestado interesse nessas reuniões preliminares e esperam uma conferência que formalize idéias e programas do interesse comum de nossos povos. Até mesmo movimentos e partidos de outros pontos do continente aguardam essa convocatória, que nos parecem uma tarefa muito grande para um só partido e não temos a pretensão de empalmá-la.

Os Deputados Gernote Kirinus, Renato Bernardi, Tadeu Lúcio Machado e Nelson Friedrich são os nossos representantes e levaram mensagem do Diretório Regional do PMDB

dizendo desses propósitos de organização e funcionamento.

Talvez nesta Casa se tenha dificuldades de compreender o quanto é importante esse tipo de encontro e como tem influído para a redemocratização, na atitude dos regimes discricionários em relação aos partidos e movimentos políticos de oposição. É que a democracia e o progresso não se alimentam apenas das decisões de Estado, nem de "fatos" exuberantes; sua base está na movimentação de idéias, na organização de programas, e na luta pelo cumprimento das leis fundamentais que consagraram os direitos humanos e as formas representativas democráticas.

Dou conhecimento à Casa dessa missão que está sendo desempenhada e que contribuirá certamente para o engrandecimento deste Poder ao elevar a função legislativa do Deputado.

Só para citar um aspecto, a Liga Internacional dos Direitos Humanos disse que "apesar de ter encontrado certas tendências favoráveis, é evidente que os direitos fundamentais continuam sendo violados no Paraguai e que a estrutura institucional de poder, que permite tais abusos e arbitrariedades, permanece vigente". Esta é uma confirmação."

O SR. PRESIDENTE (João Elísio) — Consulto a liderança do PMDB, se deseja usar da palavra. (Pausa).

Concedo a palavra ao Sr. Deni Schwartz, para falar no horário reservado ao PMDB.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Todo o Brasil assistiu ontem à noite pelo Jornal Nacional, declarações de eminentes parlamentares do Partido Democrático Social, sobre a impossibilidade de se realizar eleições no próximo 15 de novembro. E entre os entrevistados, tivemos a oportunidade de ouvir também as palavras do nobre Deputado Norton Macedo, Presidente da Comissão Diretora Regional do Paraná, do PDS. E o ilustre Deputado paranaense afirmou, no vídeo, de que as eleições de 1980 não poderiam ser realizadas, inclusive porque no ano passado, as bases haviam sido consultadas e em sua maioria se manifestaram contra as eleições de 1980, e portanto, pela prorrogação de mandatos.

Não pode esta Assembléia deixar de entrar no mérito das afirmações do Sr. Presidente Norton Macedo. Isto porque, uma pergunta preliminar que faria: quais as bases que foram sondadas?

Naturalmente devo entender que tenham sido as bases do seu partido.

Seu partido que no ano passado não era o PDS, era a ARENA.

Seu partido que no ano passado ainda não sabia da extinção dos partidos e portanto da impossibilidade de se realizarem as eleições este ano, pela falta de estrutura partidária no País.

Afinal, quando este levantamento na palavra do Sr. Norton Macedo foi feito no ano passado, ainda não estavam os partidos, ARENA e MDB, extintos. E portanto, nada justificava, já àquela oportunidade, uma sondagem sobre o adiamento das eleições.

Mas mesmo que esta sondagem tenha sido feita dentro do seu partido, queria até em nome desta Assembléia, para dignificá-la, dizer que nos parece que essas bases sondadas o foram nos oitenta e cinco por cento de vereadores e prefeitos e não inclusive dos Srs. Deputados Estaduais da ARENA de então.

Porque nesta Casa nós ouvimos ilustres Deputados da ARENA se manifestarem não só contra a prorrogação de mandatos, mas inclusive por eleições diretas nas Capitais. E chamo como testemunha o ilustre Deputado Ayrton Cordeiro, que diversas vezes se manifestou contra a prorrogação de mandatos e também por eleições diretas nas Capitais,

em época oportuna. E me parece que o Deputado Ayrton Cordeiro, como tantos outros Deputados do PDS têm se manifestado na Imprensa, não acredito que suas manifestações na Imprensa, sejam diferentes daquelas que fazem intra-muros, porque são cidadãos decentes, são Deputados decentes; não é possível que tenham sido ouvidos. A menos que Deputados estaduais não sejam a base do partido do Sr. Norton Macedo. Ou a menos que estes Deputados estejam sendo hipócritas, com uma mensagem através da Imprensa e outra mensagem, intra-muros no seu Partido.

E isso não acredito.

Portanto, o Sr. Norton Macedo está, no meu ponto de vista, e acredito no ponto de vista desta Casa, apenas com a sondagem feita pelos prefeitos e vereadores interessados. Não sei se para administrar bem, mais dois anos, mas talvez - e são eles mesmos que o dizem - que as Prefeituras estão falidas, que não dá mais para gerir os negócios. Então, por que tanto interesse manifestado, ao Partido, de ficarem nas prefeituras?

Talvez para continuarem nas mordomias, talvez para continuarem a fazer, os vereadores, todos os anos, duas ou três vezes, congressos, convenções, nunca em locais de trabalho. Mas, por coincidência, sempre nas cidades turísticas.

Se os municípios estão falidos financeiramente, estão estampadas, em todos os jornais, as queixas dos prefeitos, qual a razão desta manifestação em se querer a prorrogação?

Por isso, ousou afirmar que o Sr. Norton Macedo, brilhante Deputado deste Estado, está equivocado ao informar à Nação, de que as bases de seu próprio Partido são pela prorrogação.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, inicialmente, quero cumprimentar Vossa Excelência pela oportunidade de seu pronunciamento. E me permitiria fazer este pequeno aparte no tocante aos Srs. Vereadores que compõem o colégio eleitoral para as eleições indiretas de governadores. Será que por trás dessa proposta de prorrogação de mandatos de prefeitos e vereadores, não está encoberta a trama de não termos eleições diretas para governadores, em 1982?

E permanecer a eleição, para governadores, por via indireta, mantendo o atual colégio eleitoral, pelos detentores do Poder?

O SR. DENI SCHWARTZ — A sua pergunta e seu posicionamento, vêm de encontro ao que estampam os jornais de hoje, dizendo que, talvez, aí esteja a verdadeira razão da prorrogação dos mandatos.

É do comentarista Thomas Coelho, de Brasília, que informa em sua lida página, que estão postos em jogo, de fato, não a prorrogação de mandatos, mas sim, a eleição indireta para os governos dos Estados.

E é nesta oportunidade, Srs. Deputados, que, inclusive pelos desmentidos de algumas lideranças do PDS, em nenhuma hora será retirada, do plenário da Câmara Federal, a mensagem mandada pelo Sr. Presidente. Acharnos oportuno que todas as Casas Legislativas, deste País, se unam em torno também das eleições diretas, em 1982. Porque, os desmentidos, quando vêm, é porque alguma coisa está ocorrendo.

Daqui a pouco se encontrará alguma dificuldade, a Mensagem será retirada, e o pretexto, inclusive infantil, que seria retirada para que não houvesse um debate em torno dos possíveis candidatos às eleições de 1982, é indiscutivelmente infantil. Porque não seria o fato de se deixar a Mensagem para ser apreciada em 1981, que impediria que os possíveis candidatos ao governo lançassem à luta. E como diz Thomas Coelho, ninguém ficará, indiscutivelmente, sabendo se as eleições serão diretas, por promessa do próprio Senhor

Presidente da República, ninguém ficará de braços cruzados.  
O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado Deni Schwartz, devo, primeiramente, agradecer o conceito que Vossa Excelência faz deste Parlamento, e creia que o mesmo o faço eu de Vossa Excelência.

Devo manifestar que o posicionamento que assumi publicamente, ele, por mim é reiterado sempre que possível.

Ainda ontem, tive o privilégio de falar a um auditório de estudantes de Medicina da Faculdade Evangélica de Curitiba. E senti, com muita tristeza, a indiferença do universitário do Paraná.

E, recentemente, tive a mesma impressão, quando, inclusive esteve num debate, na Universidade Federal, ao nosso lado, o Deputado Waldyr Pugliesi.

A indiferença do jovem que compõe o que entendo ser a massa pensante da população brasileira.

E esta indiferença pela política, faz parte sem dúvida, de um processo de asfixia que foi imposto nos últimos anos e sobretudo, depois de 1968 ao universitário brasileiro. E, indagado por uma jovem universitária ontem à noite, perguntava-me ela, "qual seria a saída diante daquele meu apelo para que os jovens participem da política?", eu dizia a ela, que uma das maneiras sem dúvida para que o jovem volte a participar do processo político, é a realização contínua de eleições.

E, a minha convicção pessoal, Deputado Deni é de que, quando se fala na prorrogação de mandatos ou quando se fala na intervenção das prefeituras municipais, nós estamos criando um clima psicológico, ainda mais desfavorável para que esses jovens participem da política.

Então, creia Vossa Excelência que defendo com toda convicção, a realização de eleições municipais, defendo com toda a convicção a realização de eleições nas capitais, a realização de eleições diretas para os governos estaduais. Porque o tipo de compromisso do homem eleito diretamente é diferente, o homem eleito, o político eleito pelo voto direto, tem um compromisso que extrapola a sua vontade, o seu desejo pessoal e é este compromisso que nós políticos, devemos realmente, ter para com o nosso eleitorado. E creia Vossa Excelência não quero aqui falar absolutamente pelo Deputado Norton Macedo, que este também deve ser o posicionamento do Presidente do nosso Partido. Um homem marcadamente liberal, e tem pautado a sua conduta dentro desses princípios.

Agora, veja que pode até um grupo de prefeitos, um grupo de vereadores, ou quase todos os prefeitos, podem todos eles quem sabe até, ter uma manifestação diversa desta que neste momento estou colocando, introduzindo, no pronunciamento de Vossa Excelência. Mas, a minha opinião pessoal é esta e entendo, que eleições, são boas, necessárias, úteis, por razões de ordem política, eleitoral e inclusive, pela necessidade de uma politização ampla do povo deste País.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradecendo o aparte de Vossa Excelência, anotei dois trechos do seu aparte. Vossa Excelência falou em clima psicológico, e trouxe à baila um dos assuntos que mais tem preocupado este Deputado.

Pergunto, neste País: Qual o cidadão, e incluo nesta pergunta o Sr. Presidente da República, qual o cidadão que tem certeza no que ocorrerá amanhã? De fato, o clima psicológico deste País é tão ruim que ninguém pode dizer de sua consciência, se sairão eleições para prefeito e vereadores em 80, 81 ou 82, quem me garante que elas serão realizadas? Quem me garante se serão diretas ou indiretas, porque de tanto cachimbarmos, entortamos nossa boca.

E, não há parlamentar algum neste País, inclusive da oposição que tenha certeza do que ocorrerá amanhã porque

simples e puramente não temos a lei básica, não temos uma Constituição.

Aquilo que é orgulho nos Estados Unidos, onde a Constituição fará, dentro em breve, duzentos anos, no Brasil não temos. Não temos o estatuto fundamental para esta Nação. Por isto, ninguém neste País tem necessidade de cumprir leis; mesmo aquele ontem, não denunciado mas defendido pelo Deputado Lázaro Dumont, que pegou dinheiro no Banco do Brasil para plantar feijão e não o fez e agora está exigindo a promessa do Governo; mesmo aquele pequeno agricultor não precisa respeitar leis, porque nós mesmos não sabemos como exigir que as leis sejam respeitadas.

O próprio irmão do Presidente da República, trouxe em sua carta-denúncia, a demonstração do clima psicológico que se vive neste País, quando mostrou claramente, - e os desmentidos não vão levar a nada, que o próprio Presidente da República está rodeado de maus assessores, de maus conselheiros. Impressionante na sua denúncia que a simples substituição de um Prefeito de uma Capital, faça mover os interesses de toda a Presidência da República.

O que tenho dito e afirmado é que este clima psicológico, no País, da não existência de uma lei básica, tem levado a fatos como este, de podermos afirmar, desta tribuna, que hoje ninguém tem poderes, nem o Judiciário, nem o Legislativo. Mas poderes terá o Governador de nosso Estado, se amanhã o Presidente da República resolver interferir na nomeação do Prefeito da Capital.

Vou mais além, independência tem o Presidente da República, e poder tem o Presidente da República, ou foi o seu próprio irmão, pela sua denúncia, que mostrou que poder ele não tem?

É um sistema que está montado. Sistema cuja cabeça não conhecemos, mas que domina o País, de tal maneira, que infelizmente não podemos nem identificá-lo.

A solução para estes fatos, é que todas as cabeças pensantes só tem uma saída que até ontem era ridicularizada, mas que hoje até os fugitivos deste País, como Jânio Quadros, passam a mão e tentam empunhar a bandeira da Assembléia Nacional Constituinte.

É o momento de pensarmos seriamente, de dotarmos este País de um novo Estatuto, de uma nova Lei básica, para podermos então ter confiança no futuro. Para podermos punir não só aquele colono que não plantou feijão desrespeitando a lei, mas principalmente aqueles que dentro do sistema, nos dominam e dominam o País, nos entregam e entregam o País. Enfim, aquele sistema sem forma, mas que tirou o poder daqueles que deveriam tê-lo.

Obrigado. Peço desculpas ao Deputado Gabriel Manoel. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Elísio) — Esta Presidência consulta a liderança do PDS sobre se vai fazer uso da palavra, Concedo a palavra ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queríamos apenas expor a nossa posição nesta conjuntura política e para dizermos que estamos numa Democracia, onde nós, como Deputados, divergimos de um dos líderes de nossa bancada. O Deputado Airton Cordeiro, dentro de sua filosofia, é favorável às eleições. Nós, também somos favoráveis, mas sabemos acima de tudo que o Presidente de nosso Partido, homem como Norton Macedo, se ele acha inviável as eleições em novembro, são problemas de conjuntura política que a oposição não trabalhou para que ela se realizasse e muito menos a situação. Agora, acho que hostilizarmos os prefeitos, os vereadores, que foram eleitos pelo povo, seria também dizer não queremos democracia. Se dentro de nossa própria bancada existe democraticamente posiciona-

mentos divergentes, então para que não passe por hipócrita perante meus companheiros, quero dizer que sou taxativamente favorável à dilação de prazo dos mandatos eletivos e executivos, para que se encontre um denominador comum. Queria dizer apenas, o que diria no aparte ao Deputado Deni Schwartz, combativo, democrata, que arranje uma solução viável e favorável, para que haja eleições em novembro. Já que todos os prazos possíveis terminaram. Então, após o término desses prazos, foi que o nosso Presidente do PDS, que eu com muito orgulho faço questão de pertencer. E que também eu posso garantir que haja eleições em 82, porque divergindo do meu partido, tenho meu candidato que é Jayme Canet, quero dizer aqui; e vamos com ele à praça pública, para reconduzirmos este homem que fez muito pelo Paraná.

Então, cada um tem um ponto de vista. O meu ponto de vista é este não é prorrogação. Os nossos prefeitos não estão pedindo ajoelhados, porque todo mundo sabe que o País passa por uma crise financeira; é consequência de petróleo, consequência de uma evasão de rendas; consequência talvez até de erros do nosso querido Ministro do Planejamento - porque nós discordamos de sua orientação política. Agora o que nós não podemos é estar hostilizando quatro mil vereadores; quatro mil prefeitos e não sei quantos mil vereadores de todo o Brasil, porque eles não estão pedindo; eles estão apenas cumprindo com a sua obrigação. E como disse, Deputado Deni Schwartz e meu querido líder, daqui dessa tribuna, o eleitor que votou em um prefeito por 4 anos, ele votaria por 6 e por 8, como votou nos senadores honrados e dignos.

Quer dizer então, nós temos tanta certeza na eleição de 82, porque haveremos de votar, em Canet Júnior, porque é meu candidato, dentro da democracia, dentro da orientação democrática de nosso País. Sou completamente favorável, à dilação, à prorrogação dos mandatos dos vereadores e prefeitos do Paraná. Favoráveis, isto sim, Deputado Airton Cordeiro, a eleição direta dos Prefeitos das Capitais e das faixas de Fronteiras.

Era assim que queria me posicionar, para que amanhã ou depois não digam que penso uma coisa e falo outra. Sou completamente favorável à prorrogação de mandatos de vereadores e de prefeitos. Sei perfeitamente que haveremos de ir às urnas, em 82, com Jaime Canet Júnior, que desde o começo quando ele era Governador, eu já falava.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Elísio) — Consulto à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (pausa, declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido Popular. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Elísio) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 11/80, (Mens. Govern. n.º 17/80), que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná que com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e o Município de Almirante Tamandaré, visa a realização de obras que objetivam o desenvolvimento urbano do referido município.— **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 11/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 28 de dezembro de 1979, ao Convênio n.º 01/78 celebrado em 22 de fevereiro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e o Município de Almirante Tamandaré, visando a realização de obras que objetivam o desenvolvimento urbano do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

LINEU TURRA, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 12/80, (Mens. Govern. n.º 20/80), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, a ELETROSUL e a Universidade Federal do Paraná, objetivando a elaboração pela Universidade, do Plano de Ação Imediata - PAI, para a Cidade de Guaíra.— **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 12/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio n.º 183/79, celebrado em 8 de novembro de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, a ELETROSUL e a Universidade Federal do Paraná, objetivando a elaboração, pela Universidade, do Plano de Ação Imediata - PAI, para a Cidade de Guaíra.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

LINEU TURRA, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 13/80, (Mens. Govern. n.º 24/80), que aprova Termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério de Transportes que com a intervenção de Órgãos que especifica, firmado em 14 de fevereiro de 1980.— **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 13/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 14 de fevereiro de 1980, entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, com a intervenção da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba e da Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando conjugação de esforços dos Governos da União, do Estado e dos Municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba, para a execução do "PROGRAMA DE TRANSPORTES ALTERNATIVOS PARA ECONOMIA DE COMBUSTÍVEIS", do "PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES URBANOS" e de outros projetos conexos e complementares.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente, Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 16/80, (Mens. Govern. n.º 01/80), que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica, objetivando a concessão de apoio financeiro à DEED, para complementação salarial de técnicos da equipe básica do Ensino Supletivo do Estado do Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 16/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio n.º 13/79, celebrado em 23 de maio de 1.979, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria do Ensino de 1.º e 2.º Graus, do Ministério da Educação e da Cultura, objetivando a concessão de apoio financeiro à SEED, para complementação salarial de técnicos da equipe básica do Ensino Supletivo do Estado.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1.980.

aa) Gilberto Carvalho, Presidente  
Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 17/80, (Mens. Govern. n.º 04/80), que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando regular as obrigações decorrentes da aplicação de recursos oriundos do Salário Educação. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 17/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10 de outubro de 1.979, entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando regular as obrigações decorrentes da aplicação de recursos oriundos do Salário Educação.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente  
Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 18/80, (Mens. Govern. n.º 05/80), que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, objetivando a execução de projeto de supervisão do Ensino Supletivo. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 18/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de novembro de 1.979, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Ensino de 1.º e 2.º Graus, do Ministério da Educação e Cultura, objetivando a execução de projeto de supervisão do Ensino Supletivo.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente  
Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 19/80, (Mens. Govern. n.º 12/80), que aprova o Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado em 07.12.78, entre o Instituto de Planejamento da Presidência da República e o Governo do Estado do Paraná, com a interveniência de Órgãos que especifica, objetivando implementar o zoneamento industrial das áreas críticas de poluição na Região Metropolitana de Curitiba - METRONOR. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 19/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de re-ratificação ao Convênio celebrado em 07 de dezembro de 1.978, entre o Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Estado do Paraná, tendo como intervenientes a Secretaria de Estado do Planejamento, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano — CNDU, objetivando implementar o zoneamento industrial das áreas críticas de poluição na Região Metropolitana de Curitiba e METRONOR.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente  
Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 20/80, (Mens. Govern. n.º 18/80), que aprova os Termos Aditivos aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, e os Municípios aqui nominados, que através da Secretaria de Estado do Planejamento e com a interveniência de Órgãos que especifica, objetiva aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 20/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos Aditivos datados de 02/01/80, aos Convênios celebrados em 29/06/79 e 31/06/79, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a interveniência da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR, com os Municípios de: Bandeirantes, n.º 137/79; Campo Mourão, n.º 141/79; Carlópolis, n.º 142/79; Castro, n.º 143/79; Cianorte, n.º 144/79; Congonhinhas, n.º 145/79; Francisco Alves, n.º 146/79; Goioerê, n.º 148/79; Grandes Rios, n.º 149/79; Iretama, n.º 150/79; Ivaiporã, n.º 151/79; Jaguariaíva, n.º 154/79; Marechal Cândido Rondon, n.º 158/79; Ortigueira, n.º 161/79; Palmas, n.º 162/79; Palotina, n.º 163/79; Pinhalão, n.º 167/79; Rebouças, n.º 169/79; Reserva, n.º 170/79; Ribeirão do Pinhal, n.º 171/79; Santa Cruz do Monte Castelo, n.º 172/79; Santo Antônio da Platina, n.º 173/79; e São Mateus do Sul, n.º 174/79, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1.980.

aa) Gilberto Carvalho, Presidente  
Lineu Turra, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (João Elísio) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Valdemar Cavanha. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ignácio Polak. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente junto à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, através da Secretaria dos Transportes, encarecendo informações sobre prestação de serviços com firmas empreiteiras. — **Aprovado.**

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Elísio) A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.  
(Pausa) Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.  
(Pausa)

7 Srs. Deputados aprovam; 1 Sr. Deputado rejeita.

Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/80 e de Resolução n.ºs 27, 28, 29, 30 e 31/80.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 25, 32, 33, 34 e 35/80.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10/80.

Levanta-se a sessão.